

CONCURSO PÚBLICO  
EDITAL: 2021 | TARDE

# MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAPÁ

## CADERNO DE PROVA PREAMBULAR

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1** Ao receber este caderno de prova, confira inicialmente se os dados transcritos acima estão corretos e se estão corretamente registrados na sua **Folha de Respostas**. Confira também os dados em cada página numerada deste caderno de prova (desconsidere estas instruções, caso se trate de caderno de prova reserva). Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de questões indicada em sua **Folha de Respostas**, correspondentes à prova preambular. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito e(ou) apresente divergência quanto aos dados apresentados, solicite, de imediato, ao(à) aplicador(a) de provas mais próximo(a) que tome as providências necessárias.
- 2** Durante a realização da prova, não se comunique com outros(as) candidatos(as) nem se levante sem autorização de um(a) dos(as) aplicadores(as) de provas.
- 3** Na duração da prova, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer da prova — e ao preenchimento da **Folha de Respostas**.
- 4** Ao terminar a prova, chame o(a) aplicador(a) de provas mais próximo(a), devolva-lhe a sua **Folha de Respostas** e deixe o local de provas.
- 5** Nenhuma folha deste caderno pode ser destacada, exceto a **Folha de Respostas**, cujo cabeçalho será destacado pelo(a) chefe de sala ao final da prova, para fins de desidentificação.
- 6** A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou na **Folha de Respostas** implicará a anulação da sua prova.

### OBSERVAÇÕES

- Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

Informações adicionais: 0(XX) 61 3448-0100 | sac@cebraspe.org.br | www.cebraspe.org.br

- Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de prova poderão ser utilizados para rascunho.

## -- PROVA PREAMBULAR --

### ▼ Questão 1

A respeito das normas constitucionais, julgue os itens a seguir.

- I Toda norma constitucional goza de eficácia jurídica.
- II Normas de eficácia plena independem de regulamentação para surtirem efeitos.
- III Normas de eficácia limitada têm eficácia plena, mas sua eficácia pode ser restringida.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas o item I está certo.
- Ⓑ Apenas o item III está certo.
- Ⓒ Apenas os itens I e II estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens II e III estão certos.
- Ⓔ Todos os itens estão certos.

### ▼ Questão 2

Maria tem três propriedades rurais contínuas, cujas áreas, individualmente, estão dentro do limite legal da pequena propriedade rural. Para produzir soja, Maria comprou insumos por meio de empréstimo obtido em uma instituição financeira, dando como garantia apenas um dos referidos imóveis rurais. Os insumos foram suficientes para lhe garantir a exploração de duas das suas três propriedades. Com relação ao terceiro imóvel, improdutivo, Maria foi surpreendida com a publicação de decreto expropriatório para fins de reforma agrária.

A respeito da situação hipotética precedente, assinale a opção correta, com base na Constituição Federal de 1988 (CF) e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF).

- Ⓐ Embora Maria seja proprietária de mais de um imóvel rural, para fins de impenhorabilidade, é suficiente que a soma das áreas dos imóveis citados não ultrapasse o limite de extensão da média propriedade rural.
- Ⓑ Como Maria é proprietária de mais de um imóvel rural, é constitucional a desapropriação da sua pequena propriedade rural improdutiva para fins de reforma agrária.
- Ⓒ A citada propriedade rural improdutiva não poderá ser expropriada para fins de reforma agrária sem que haja o prévio depósito em dinheiro do valor total da indenização.
- Ⓓ Se Maria deixar de pagar a dívida, a propriedade rural dada como garantia poderá ser expropriada pela instituição financeira que concedeu o empréstimo.
- Ⓔ Por serem contínuas, as três propriedades rurais de Maria cumprem com sua função social.

### ▼ Questão 3

Conforme o Censo Demográfico de 2010, no Amapá há mais de sete mil indígenas que habitam quatro diferentes territórios indígenas, tanto em zonas rurais quanto em zonas urbanas dos municípios. A respeito das comunidades e populações indígenas, julgue os itens a seguir.

- I É concorrente a competência para legislar acerca dos direitos das populações indígenas, porém, nesse âmbito, a competência da União limita-se a estabelecer normas gerais.
- II As funções institucionais do Ministério Público incluem a defesa judicial dos direitos e interesses das populações indígenas.
- III Compete à justiça federal julgar as disputas sobre direitos indígenas.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas o item I está certo.
- Ⓑ Apenas o item III está certo.
- Ⓒ Apenas os itens I e II estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens II e III estão certos.
- Ⓔ Todos os itens estão certos.

### ▼ Questão 4

Com relação ao fenômeno da mutação constitucional, julgue os itens a seguir.

- I Esse fenômeno é um meio informal de se alterar a Constituição sem se modificar seu texto formal.
- II Esse fenômeno é uma manifestação do poder constituinte difuso, entendido como aquele voltado à alteração do significado e do alcance dos enunciados normativos constitucionais, para adaptá-los à nova realidade social.
- III O STF admite o uso da mutação constitucional como fundamento da interpretação judicial em sede de controle difuso.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas o item I está certo.
- Ⓑ Apenas o item III está certo.
- Ⓒ Apenas os itens I e II estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens II e III estão certos.
- Ⓔ Todos os itens estão certos.

### ▼ Questão 5

Com base na distinção entre brasileiros natos e brasileiros naturalizados sob o prisma constitucional, é correto afirmar que a CF prevê que brasileiro naturalizado

- Ⓐ poderá ser extraditado se comprovado o seu envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes.
- Ⓑ poderá compor o Conselho da República, desde que tenha sido naturalizado há mais de dez anos.
- Ⓒ não poderá ser extraditado pela prática de crime comum cometido antes da sua naturalização.
- Ⓓ está impedido de ocupar cargo de ministro da justiça, pois este é privativo de brasileiro nato.
- Ⓔ não poderá ser proprietário de empresa jornalística e de radiodifusão.

**Questão 6**

Determinada associação do estado do Amapá pretende requerer, judicialmente, o repasse de verbas da educação indevidamente retidas pelo ente estadual.

Tendo como referência a situação hipotética precedente, assinale a opção correta, com base na CF e na jurisprudência do STF.

- Ⓐ Se a associação ingressar com ação civil pública, qualquer um de seus associados, independentemente de autorização prévia e específica, poderá executar o título executivo, por estar representado pela referida associação.
- Ⓑ Se a associação ingressar com mandado de segurança coletivo, será necessária autorização prévia e específica dos associados para se beneficiarem de eventual decisão favorável.
- Ⓒ Caso o estatuto social da associação preveja o ajuizamento de ações judiciais entre seus objetivos, não será necessária autorização prévia e específica dos associados para se beneficiarem de eventual decisão judicial favorável.
- Ⓓ Independentemente de a associação ingressar com mandado de segurança coletivo ou com ação civil pública, será necessária autorização prévia e específica dos associados para se beneficiarem de eventual decisão favorável.
- Ⓔ Se a associação ingressar com mandado de segurança coletivo, não será necessária autorização prévia e específica dos associados para se beneficiarem de eventual decisão favorável.

**Questão 7**

Com base na jurisprudência do STF acerca de temas relativos a crianças e adolescentes, julgue os itens que se seguem.

- I O ensino domiciliar — *homeschooling* — não pode ser considerado meio de cumprimento, pela família, do dever de prover a educação dos filhos, pois, no que se refere a esse tema, há vedação constitucional.
- II É vedado ao Estado o recolhimento de crianças em situação de rua apenas em razão da condição de viverem em rua.
- III Compete à justiça dos estados processar e julgar os crimes relacionados à pornografia infantil que sejam praticados por meio da Internet.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas o item I está certo.
- Ⓑ Apenas o item II está certo.
- Ⓒ Apenas os itens I e III estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens II e III estão certos.
- Ⓔ Todos os itens estão certos.

**Questão 8**

À luz do entendimento do STF, assinale a opção correta, referente a dano civil ambiental.

- Ⓐ No ordenamento jurídico brasileiro, a regra é a prescrição da pretensão reparatória, em qualquer hipótese.
- Ⓑ Havendo inércia dos entes legitimados, deve prevalecer o princípio da segurança jurídica em favor do autor do dano ambiental.
- Ⓒ A reparação do dano ao meio ambiente é direito fundamental indisponível, dado o reconhecimento da imprescritibilidade relativa à recomposição dos danos ambientais.
- Ⓓ A CF dispõe, expressamente, acerca da imprescritibilidade dos danos civis ambientais.
- Ⓔ A tutela constitucional a determinados valores não pode ser sobreposta ao reconhecimento de pretensões imprescritíveis.

**Questão 9**

Com relação aos princípios da administração pública, assinale a opção correta.

- Ⓐ Em observância à autonomia da vontade, respeitada a prevalência do interesse público, os acordos entre particulares e a administração pública afastam a incidência de normas de direito público.
- Ⓑ Na doutrina, prevalece o entendimento de que a falta de publicação dos atos administrativos não impede que eles adquiram eficácia, embora o agente público responsável por essa omissão possa responder por ato de improbidade administrativa.
- Ⓒ O princípio da eficiência foi introduzido na Constituição Federal de 1988 como parte do esforço para a reforma gerencial da administração pública.
- Ⓓ O princípio da impessoalidade não impede que um agente público eleito insira, em propaganda oficial da administração pública, o *slogan* da sua candidatura ou do seu partido, porquanto esses dizeres se referem ao projeto político vencedor das eleições.
- Ⓔ A moralidade administrativa não se distingue da moralidade comum, porquanto a sua preocupação central é a distinção entre o bem e o mal.

**Questão 10**

Acerca dos atos administrativos, assinale a opção correta.

- Ⓐ Sempre que o poder público não responder, em prazo razoável, a solicitação formulada por um cidadão, considerar-se-á deferido o requerimento do particular.
- Ⓑ A usurpação de função pública é causa de anulabilidade de ato administrativo emitido pelo usurpador, ficando o ato passível de convalidação pelo agente público que teria originalmente a competência para realizá-lo.
- Ⓒ Nos atos discricionários, a competência, o motivo e o objeto são elementos vinculados, enquanto a forma e a finalidade são elementos discricionários.
- Ⓓ A convalidação é um ato administrativo discricionário.
- Ⓔ A presunção de legitimidade de que goza o ato administrativo é relativa, já que pode ser superada caso o interessado consiga demonstrar a ilegalidade do ato ou a não ocorrência dos seus pressupostos fáticos.

**Questão 11**

Acerca da relação dos entes federativos com os seus servidores e com as demais organizações que compõem a máquina pública, assinale a opção correta.

- Ⓐ Por serem pessoas jurídicas de direito privado, as empresas públicas e sociedades de economia mista não se submetem ao controle do tribunal de contas.
- Ⓑ Em cumprimento aos princípios da moralidade e da impessoalidade, a nomeação de servidor para ocupar cargo comissionado é condicionada à apresentação expressa da motivação para a sua escolha pelo gestor, com garantia da qualificação daquele para o exercício do cargo em comissão.
- Ⓒ A criação de cargo público, por implicar potencialmente uma despesa pública, é determinada por lei, porque compete ao Poder Legislativo a criação de despesa pública, ao passo que a extinção de cargo público vago se dá por decreto do chefe do Poder Executivo.
- Ⓓ A instauração de sindicância e de processo administrativo disciplinar é ato discricionário da autoridade competente, salvo nos casos de infração disciplinar na grave.
- Ⓔ Em razão do princípio federativo, é vedado à União requisitar administrativamente bens, móveis ou imóveis, dos municípios, dos estados ou do Distrito Federal, pois ela não pode buscar satisfazer suas necessidades às custas dos entes subnacionais.

**Questão 12**

Acerca do procedimento de licitação e dos contratos administrativos conforme a Nova Lei de Licitações e Contratos (Lei n.º 14.133/2021), assinale a opção correta.

- Ⓐ A regra de que a fase interna da licitação é inteiramente sigilosa até a abertura das propostas dos licitantes tem o objetivo de garantir a competitividade do procedimento, porém acaba por mitigar o princípio da publicidade.
- Ⓑ O princípio da segregação de funções prevê que cada uma das principais funções dentro do processo de licitação e execução do contrato seja exercida por diferentes agentes públicos.
- Ⓒ Mesmo nos contratos de grande vulto, é opcional a instituição de programa de integridade pela contratada.
- Ⓓ A elaboração do projeto básico compete ao órgão responsável pela licitação e, em nenhuma hipótese, pode ser transferida para o contratado.
- Ⓔ O servidor público que, ao atuar em procedimento licitatório, tenha agido em observância aos pareceres jurídicos regularmente emitidos tem direito a ser defendido pela advocacia pública na esfera controladora, mesmo que haja contra ele prova da prática de ilícito doloso.

**Questão 13**

Acerca de serviços e obras públicas, assinale a opção correta.

- Ⓐ Os serviços notariais e de registro são serviços públicos, por isso os seus funcionários são servidores públicos selecionados por meio de concurso público.
- Ⓑ Em caso de inadimplemento das obrigações pelos usuários de serviço público concedido, é permitida a interrupção do serviço pelo concessionário, depois de prévio aviso e de considerado o interesse da coletividade, o que representa, de acordo com alguns administrativistas, uma exceção ao princípio da continuidade dos serviços públicos.
- Ⓒ O prestador de serviços públicos não tem a obrigação legal de utilizar técnicas modernas e atuais na execução desses serviços, pois a atualização do modelo de negócio ou da tecnologia utilizada na prestação do serviço é uma decisão livre do gestor público, do concessionário ou do permissionário.
- Ⓓ O princípio democrático impõe que a prestação, ou não, de determinado serviço público seja um ato discricionário do governante, de modo que ele tenha autonomia até mesmo para deixar de prestar determinado serviço público em função de sua agenda política, por exemplo.
- Ⓔ A prestação de serviço público não se classifica como atividade econômica pela impossibilidade de se cobrar dos beneficiários o pagamento pela prestação individualizada do serviço.

**Questão 14**

Acerca do controle da administração pública e dos seus instrumentos de fiscalização, assinale a opção correta.

- Ⓐ O atributo da administração pública que fundamenta o controle administrativo é a autoexecutoriedade, que permite ao poder público corrigir seus atos que contenham irregularidades ou que, por qualquer motivo, não sejam mais oportunos ou convenientes.
- Ⓑ O controle externo judicial da administração pública pode incidir sobre os elementos vinculados dos atos discricionários.
- Ⓒ Tanto o controle judicial quanto o controle legislativo da administração pública limitam-se ao controle da legalidade dos atos administrativos.
- Ⓓ Em razão do princípio da separação de poderes, os órgãos integrantes do Poder Judiciário e o Ministério Público estão excluídos do controle externo exercido pelos tribunais de contas.
- Ⓔ A ação popular é um instrumento de controle dos atos administrativos adotado somente para os casos de anulação de ato lesivo ao patrimônio público.

**Questão 15**

Com relação ao controle dos atos de improbidade administrativa, julgue os seguintes itens.

- I No entendimento do STF, as sanções da Lei de Improbidade Administrativa não podem ser aplicadas a agentes políticos, sob pena de ocorrer inadmissível bis in idem, porque a eles já se aplica a Lei de Crimes de Responsabilidade.
- II Mesmo a menor das irregularidades administrativas praticada sem dolo ou culpa pode ser caracterizada como ato de improbidade administrativa, por comprometer primordialmente a moralidade administrativa, não havendo que se falar em aplicação, nesse âmbito, do princípio da insignificância.
- III A Lei de Improbidade Administrativa aplica-se às entidades do terceiro setor que administrem recursos públicos recebidos de ente federativo.
- IV Em se tratando de conduta que configure tanto crime contra a administração pública quanto ato de improbidade administrativa, caso já exista investigação criminal em curso instaurada para a sua apuração, o prazo prescricional será o do crime.

Estão certos apenas os itens

- Ⓐ I e II.
- Ⓑ II e III.
- Ⓒ III e IV.
- Ⓓ I, II e IV.
- Ⓔ I, III e IV.

**Questão 16**

A respeito da responsabilidade civil do Estado, assinale a opção correta.

- Ⓐ Segundo o entendimento do STF, no caso de omissão da atuação estatal, a responsabilidade será sempre subjetiva, ou seja, somente existirá quando demonstrado culpa ou dolo do agente estatal.
- Ⓑ Para a configuração da responsabilidade civil do Estado por dano, é desnecessário que o ato lesivo seja ilícito, bastando que haja nexo de causalidade entre a ação estatal e o dano anormal e específico, ou seja, que o dano tenha ultrapassado os inconvenientes normais da vida em sociedade, em desfavor de pessoas ou grupos determinados.
- Ⓒ O poder público e os concessionários de serviços públicos respondem, objetiva e solidariamente, por danos causados aos usuários.
- Ⓓ A tese da reserva do possível é amplamente aceita pelos tribunais superiores, principalmente no contexto de ações que busquem impor ao poder público a obrigação de efetivar políticas públicas previstas em lei.
- Ⓔ Segundo o STF e o STJ, o suicídio de pessoa em cumprimento de pena dentro de estabelecimento prisional não enseja a responsabilidade civil do Estado, por consistir em ato de iniciativa exclusiva da própria vítima.

**Questão 17**

Considerando-se a legislação e o entendimento jurisprudencial vigente, é correto afirmar que caracteriza causa de extinção da punibilidade

- Ⓐ o pedido de perdão ao ofendido, independentemente de ele aceitar ou não o perdão.
- Ⓑ a comutação das penas.
- Ⓒ a retratação feita pelo réu acusado do crime de calúnia contra pessoa morta.
- Ⓓ a restituição voluntária, pelo indiciado, do bem subtraído no furto, se feita antes do oferecimento da denúncia.
- Ⓔ a devolução, à Previdência Social, de valores percebidos ilícitamente quando da prática de estelionato previdenciário.

**Questão 18**

O ingresso de *chip* de aparelho celular em estabelecimento prisional configura

- A desobediência.
- B favorecimento real.
- C introdução de aparelho de comunicação, sem autorização legal, em estabelecimento prisional.
- D favorecimento pessoal.
- E conduta atípica.

**Questão 19**

Configura crime hediondo

- A a posse ou o porte de arma de fogo de uso permitido com numeração, marca ou qualquer outro sinal de identificação raspado, suprimido ou adulterado.
- B o favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de adolescente.
- C o crime de epidemia, em todas as modalidades.
- D o crime de extorsão praticado com emprego de arma de fogo.
- E os crimes, de quaisquer naturezas, praticados por organizações criminosas.

**Questão 20**

Com base na Lei de Crimes Ambientais (Lei n.º 9.605/1998 e suas alterações), assinale a opção correta.

- A A prática de crime ambiental aos sábados agravará a pena quando não for possível qualificar o crime.
- B A prática de crimes de maus-tratos contra cão qualifica o crime de abuso ou maus-tratos de animais silvestres, domésticos ou domesticados.
- C O crime de impedir a regeneração natural da flora não é absorvido quando praticado com o crime de construção em área não edificável sem licença ambiental.
- D A fome do agente não pode ser utilizada como excludente de ilicitude de eventual abate de animal.
- E Todos os crimes contra a Flora têm punição tanto na forma dolosa quanto na culposa.

**Questão 21**

Paulo é médico concursado da rede pública de saúde e, no desempenho desse cargo público, costuma registrar o ponto e, em seguida, se retirar do hospital, deixando de cumprir sua carga horária de trabalho.

Nessa situação hipotética, de acordo com o entendimento do STJ, Paulo pratica

- A peculato.
- B corrupção.
- C concussão.
- D estelionato qualificado.
- E conduta atípica.

**Questão 22**

Segundo o entendimento do STJ, a realização de saques indevidos na conta-corrente de uma pessoa sem o seu consentimento, por meio da clonagem do cartão e da senha, caracteriza

- A estelionato.
- B falsidade ideológica.
- C apropriação indébita.
- D furto mediante fraude.
- E conduta atípica.

**Questão 23**

Durante uma abordagem policial, os agentes verificaram que Carlos, na direção de veículo automotor, exalava um forte odor etílico, apresentava voz embargada e tropeçava ao fazer uma simples caminhada. Após o exame dos documentos do motorista, os agentes constataram que a carteira nacional de habilitação (CNH) dele estava vencida. Não foi feito o teste do etilômetro, pela falta do aparelho no local.

Nessa situação hipotética, a conduta de Carlos caracteriza

- A embriaguez ao volante.
- B direção sem habilitação.
- C embriaguez ao volante em concurso material com direção sem habilitação.
- D embriaguez ao volante em concurso formal com direção sem habilitação.
- E conduta atípica.

**Questão 24**

Tiago, movido por um sentimento de posse, disparou dois tiros contra sua companheira, Laura, que morreu em razão dos ferimentos causados pelos disparos. Laura estava grávida de seis meses e, quando da prática do crime, Tiago sabia da gravidez dela.

Nessa situação hipotética, Tiago praticou

- A o crime de feminicídio apenas.
- B os crimes de homicídio qualificado por motivo torpe, feminicídio e aborto.
- C o crime de feminicídio em concurso com o de aborto.
- D os crimes de homicídio qualificado por motivo torpe e feminicídio apenas.
- E o crime de feminicídio em concurso com o de aborto na modalidade culposa.

**Questão 25**

É possível a tentativa

- A nas contravenções penais.
- B nos crimes habituais.
- C nos crimes culposos.
- D nos crimes unissubsistentes.
- E nos crimes praticados com dolo eventual.

**Questão 26**

André já havia sido condenado pelo crime de roubo quando foi condenado pela prática de homicídio qualificado, tornando-se reincidente.

Nessa situação hipotética, desde que não cometa falta grave, André poderá progredir de regime depois de cumprir

- A 25% da pena.
- B 40% da pena.
- C 50% da pena.
- D 60% da pena.
- E 70% da pena.

**Questão 27**

Com relação ao procedimento aplicável aos crimes de responsabilidade praticados por funcionários públicos contra a administração pública, assinale a opção correta.

- Ⓐ Aplica-se o procedimento especial somente aos crimes inafiançáveis.
- Ⓑ Aplica-se o procedimento especial aos delitos praticados por agentes políticos com prerrogativa de função.
- Ⓒ Aplica-se o procedimento previsto na Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais caso o crime funcional seja de menor potencial ofensivo.
- Ⓓ Aplica-se o procedimento especial mesmo que o funcionário público tenha deixado a função na qual estava investido.
- Ⓔ Aplica-se o rito dos crimes funcionais ao crime fiscal praticado por funcionário público.

**Questão 28**

Em matéria criminal, o manejo de mandado de segurança pode ser

- Ⓐ concomitante ao *habeas corpus*, caso se trate do mesmo objeto de coação ou ameaça.
- Ⓑ concomitante ao *habeas data*, caso se trate do mesmo objeto de coação ou ameaça.
- Ⓒ concomitante ao pertinente recurso a que a lei tenha atribuído efeito suspensivo.
- Ⓓ feito com a finalidade de atacar a eficácia teórica de lei.
- Ⓔ feito pelo Ministério Público, sendo obrigatória a citação do réu como litisconsorte passivo.

**Questão 29**

Considerando a hipótese de que decisão judicial transitada em julgado tenha homologado o arquivamento de inquérito policial a pedido do Ministério Público estadual, assinale a opção correta, de acordo com as disposições processuais penais em vigor.

- Ⓐ O arquivamento do inquérito policial por insuficiência de provas produz coisa julgada material.
- Ⓑ O acolhimento do pedido pelo juiz possibilita ao ofendido ou a seu representante legal o manejo da queixa subsidiária.
- Ⓒ O oferecimento de denúncia, pelo mesmo crime, devido a novas provas caracteriza, em regra, violação do princípio que veda a revisão *pro societate*.
- Ⓓ A decisão judicial de arquivamento por insuficiência probatória possui efeitos de coisa julgada formal.
- Ⓔ Da sentença homologatória do arquivamento caberá recurso em sentido estrito.

**Questão 30**

Acerca da competência derivada da prerrogativa de função, assinale a opção correta.

- Ⓐ Cessada a função pública que originou o privilégio, o processo já iniciado permanecerá em tramitação no foro especial.
- Ⓑ A competência do tribunal do júri prevalece sobre a competência estabelecida exclusivamente por Constituição estadual.
- Ⓒ Tratando-se de crime federal praticado por prefeito, prepondera a competência do tribunal de justiça estadual.
- Ⓓ O procurador de justiça estadual que praticar crime comum será julgado criminalmente pelo Superior Tribunal de Justiça.
- Ⓔ Caso promotor de justiça estadual cometa crime federal em estado da Federação diverso daquele em que ele oficia, a competência para o respectivo processo e julgamento será do tribunal regional federal.

**Questão 31**

Com relação ao papel do assistente do Ministério Público no processo penal, assinale a opção correta.

- Ⓐ Não caberá recurso da decisão que indeferir o pedido de ingresso como assistente, no entanto, nesse caso, será possível o manejo de mandado de segurança.
- Ⓑ O assistente não poderá recorrer da sentença condenatória com o fito de agravar a pena.
- Ⓒ A assistência é possível em qualquer crime de ação pública incondicionada, sendo vedada em ação penal privada.
- Ⓓ O assistente do Ministério Público não pode recorrer extraordinariamente de decisão concessiva de *habeas corpus*.
- Ⓔ É permitida a assistência ainda na fase de inquérito policial, para possibilitar o requerimento de diligências quando o Ministério Público assim não o fizer.

**Questão 32**

Acerca das medidas cautelares diversas da prisão, assinale a opção correta.

- Ⓐ O servidor público em desfavor do qual for decretada a suspensão do exercício da sua função pública ficará privado dos respectivos vencimentos enquanto perdurar a medida.
- Ⓑ A internação provisória do acusado inimputável ou semi-imputável tem aplicação em qualquer delito punível com pena privativa de liberdade superior a quatro anos.
- Ⓒ O recolhimento domiciliar no período noturno e na folga laboral impõe cumulação obrigatória com a medida cautelar de monitoração eletrônica.
- Ⓓ No curso de investigação criminal, o juiz poderá decretar, de ofício, medidas cautelares.
- Ⓔ É incompatível a instauração do contraditório prévio com a medida de proibição de o acusado ausentar-se do país.

**Questão 33**

A respeito da aplicação dos princípios norteadores do processo penal na ação penal, assinale a opção correta.

- Ⓐ O princípio da indivisibilidade afasta a possibilidade de aditamento da queixa-crime.
- Ⓑ Na ação penal pública, o oferecimento de denúncia em relação a um dos agentes, mas não aos outros, impõe a instauração de novo processo.
- Ⓒ O princípio da obrigatoriedade da ação penal pública não comporta mitigação.
- Ⓓ A ação penal privada subsidiária da pública caracteriza exceção ao princípio da oficialidade.
- Ⓔ O pedido de absolvição do réu pelo Ministério Público encontra embasamento no princípio da disponibilidade da ação penal.

**Questão 34**

Um cidadão, visando questionar a ilegalidade de determinado ato produzido no âmbito de um inquérito policial, o qual atinge diretamente o seu direito de liberdade, impetrou *habeas corpus* com pedido de liminar no competente juízo.

Acerca dessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- Ⓐ Denegada a ordem, o impetrante poderá manejar *habeas corpus* substitutivo na instância superior, em vez de optar pelo recurso previsto em lei.
- Ⓑ Indeferida a liminar veiculada pelo impetrante, a via recursal pertinente será o recurso em sentido estrito.
- Ⓒ No âmbito do *habeas corpus*, poderá ser requerida a produção de provas destinadas à comprovação da ilegalidade do ato.
- Ⓓ É legalmente dispensável a oitiva do Ministério Público previamente à decisão judicial.
- Ⓔ É imprescindível, como requisito para o peticionamento do remédio constitucional, que o impetrante identifique nominalmente a autoridade coatora.

**Questão 35**

Considerando as hipóteses em que a aplicação da lei brasileira depende da cooperação de autoridades estrangeiras, e vice-versa, assinale a opção correta, no que tange à homologação da sentença penal estrangeira e às cartas rogatórias.

- A** As cartas rogatórias passivas são encaminhadas diretamente ao presidente do Superior Tribunal de Justiça para a concessão do *exequatur*.
- B** A parte interessada poderá impugnar a medida solicitada por carta rogatória oriunda de país estrangeiro, contrapondo-se, diretamente, ao mérito do pronunciamento da justiça rogante.
- C** Não sendo impugnada a carta rogatória pela parte interessada, é dispensável a concessão de vista ao Ministério Público.
- D** A carta rogatória ativa, quando expedida para a oitiva de testemunhas arroladas pelo réu, suspende a instrução criminal pelo prazo estipulado pelo juízo rogante.
- E** A sentença penal estrangeira que julgar extinta a punibilidade do agente prescinde de decisão homologatória do Superior Tribunal de Justiça.

**Questão 36**

Um servidor público foi denunciado pelo crime de peculato doloso, todavia, no decorrer do processo, ficou comprovado que o agente havia dado causa ao resultado em decorrência de conduta manifestamente culposa.

Considerando essa situação hipotética, bem como a posição doutrinária e jurisprudencial a respeito da matéria em questão, assinale a opção correta.

- A** O juiz poderá prolatar sentença condenatória com capitulação jurídica diversa da denúncia, sem necessidade de aditamento.
- B** É incabível, em grau de recurso, a retificação da definição jurídica oferecida pela acusação, sob pena de supressão da instância.
- C** O juiz, antes de prolatar a sentença, deverá abrir vista às partes, para que elas se manifestem sobre a nova classificação do fato delituoso.
- D** A retificação da denúncia, em regra, deverá ser feita após o oferecimento da defesa preliminar e antes do encerramento da instrução probatória.
- E** O Ministério Público, caso discorde da nova classificação jurídica do fato, poderá encaminhar os autos à apreciação do procurador-geral; caso este também discorde, o juiz estará vinculado à imputação que constar da denúncia.

**Questão 37**

De acordo com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), decisão acerca da validade de determinado contrato administrativo deve ser tomada considerando-se

- A** as circunstâncias práticas que condicionaram a ação do agente público.
- B** a forma como os demais contratos eram celebrados no âmbito do órgão.
- C** a possibilidade de ser utilizada a interpretação extensiva, desde que mantido íntegro o objeto.
- D** a possibilidade de haver alteração contratual que não desvirtue o objeto.
- E** a analogia com as normas de direito civil, se o vício resultar de lacuna na lei aplicável.

**Questão 38**

A qualificação como organização da sociedade civil de interesse público (OSCIP) apenas será útil para as entidades que pretendam

- A** obter a qualificação de organizações sociais.
- B** promover trabalho voluntário remunerado.
- C** firmar termo de parceria com o poder público.
- D** obter isenção do imposto de renda.
- E** promover a assistência social custeada pelo Estado.

**Questão 39**

De acordo com o Código Civil, tem implicação na eficácia do negócio jurídico gratuito

- A** a ausência de vontade.
- B** o fato de o objeto ser determinável, mas não determinado.
- C** o fato de o agente ser menor de dezesseis anos de idade.
- D** a existência de simulação.
- E** a cláusula de condição.

**Questão 40**

Se, com o consentimento expresso do credor, terceiro solvente assumir a obrigação do devedor, ficando este exonerado, estará configurada a

- A** sub-rogação.
- B** novação.
- C** remissão.
- D** assunção de dívida.
- E** transação.

**Questão 41**

Registrar loteamento não aprovado pelos órgãos competentes sujeita o agente à pena de

- A** detenção e multa.
- B** detenção apenas.
- C** multa apenas.
- D** reclusão e multa.
- E** reclusão apenas.

**Questão 42**

A respeito do acordo de leniência, julgue os itens a seguir.

- I A rejeição ao acordo de leniência importará em reconhecimento da prática do ato ilícito investigado.
- II A celebração do acordo de leniência interrompe o prazo prescricional dos atos ilícitos praticados pelo agente.
- III Os efeitos do acordo de leniência podem ser estendidos às pessoas jurídicas que integrem o mesmo grupo econômico, de fato e de direito.
- IV A proposta de acordo de leniência poderá tornar-se pública antes da efetivação do respectivo acordo.

Estão certos apenas os itens

- A** I e II.
- B** I e III.
- C** III e IV.
- D** I, II e IV.
- E** II, III e IV.

**Questão 43**

De acordo com o Código Civil, em habitação predial, para que sejam proibidas interferências prejudiciais à segurança, ao sossego e à saúde dos seus habitantes pela utilização de propriedade vizinha, deve-se considerar

- A o propósito de habitação.
- B a possibilidade de remoção.
- C a real existência de incômodo.
- D a localização do prédio.
- E a anterioridade da posse.

**Questão 44**

A renúncia da herança se comprova por

- A atos contrários à aceitação.
- B termo judicial.
- C instrumento particular.
- D cessão gratuita aos demais co-herdeiros.
- E declaração escrita dada a qualquer herdeiro.

**Questão 45**

Determinada empresa firmou com uma instituição financeira contrato cujo objeto é a aquisição de um equipamento que a empresa locará pelo prazo de cinco anos, ao fim do qual poderá a parte optar por devolver o equipamento, renovar a locação ou adquiri-lo pelo preço residual fixado no momento inicial do contrato.

Nessa situação hipotética, está configurado o contrato de

- A faturização.
- B franquia.
- C arrendamento mercantil.
- D alienação fiduciária em garantia.
- E locação mercantil atípica.

**Questão 46**

Segundo o Código de Processo Civil, nas causas que dispensem a fase instrutória, se o pedido formulado na petição inicial contrariar enunciado de súmula de tribunal de justiça sobre direito local, o juiz

- A julgará liminarmente improcedente o pedido, independentemente da citação do réu.
- B determinará a emenda da inicial, no prazo quinze dias, para alteração do pedido, sob pena de indeferimento.
- C indeferirá, de plano, a petição inicial, cabendo ao autor, caso discorde da decisão, interpor recurso de apelação, com possibilidade de retratação pelo juiz.
- D poderá instaurar incidente de resolução de demandas repetitivas no tribunal competente.
- E dará prosseguimento ao feito, uma vez que não se trata de hipótese de improcedência liminar prevista no atual sistema processual.

**Questão 47**

A respeito dos atos processuais, da intervenção de terceiros e do procedimento comum, assinale a opção correta, à luz do Código de Processo Civil (CPC) e da jurisprudência do STJ.

- A O atual sistema processual permite, em qualquer hipótese, que o assistente simples discuta a justiça da decisão proferida no processo em que ele interveio, após seu trânsito em julgado.
- B O mero detentor, quando demandado, tem a faculdade de nomear à autoria o proprietário ou o possuidor da coisa litigiosa.
- C Em ação de reparação de danos, a seguradora denunciada, se aceitar a denunciação ou contestar o pedido do autor, poderá ser condenada, direta e solidariamente junto com o segurado, ao pagamento da indenização devida à vítima, nos limites contratados na apólice.
- D Considerando a relevância da matéria, o juiz poderá admitir a participação de pessoa natural ou jurídica como *amicus curiae*, porém dessa decisão caberá recurso.
- E O incidente de desconsideração da personalidade jurídica pode ser instaurado de ofício ou a pedido do Ministério Público.

**Questão 48**

No que concerne à gratuidade de justiça, às despesas, aos honorários advocatícios e às multas, julgue os itens a seguir, de acordo com o Código de Processo Civil (CPC).

- I Na hipótese de assistência do requerente por advogado particular, a gratuidade de justiça sempre engloba o preparo de recurso que verse exclusivamente sobre o valor dos seus honorários sucumbenciais.
- II Faz jus ao benefício da justiça gratuita a pessoa jurídica requerente, com ou sem fins lucrativos, que demonstrar sua impossibilidade de arcar com as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios.
- III A concessão de gratuidade isenta o beneficiário de pagar, ao final, as multas processuais que lhe sejam impostas.
- IV Reconhecida a sucumbência parcial e recíproca, os honorários advocatícios, depois de compensados, serão proporcionalmente distribuídos entre os advogados dos litigantes.
- V Os honorários advocatícios serão devidos no caso de cumprimento de sentença contra a fazenda pública que enseje a expedição de precatório, ainda que não tenha havido impugnação.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B II e III.
- C IV e V.
- D I, III e IV.
- E III, IV e V.



**Questão 49**

Com base nas regras processuais e na jurisprudência dos tribunais superiores a respeito de ação monitória, recursos e incidente de resolução de demandas repetitivas no sistema processual civil, assinale a opção correta.

- Ⓐ Não é cabível ação monitória para haver saldo remanescente oriundo de venda extrajudicial de bem alienado fiduciariamente em garantia.
- Ⓑ A interposição de recurso de embargos de declaração antes da publicação da sentença ou do acórdão embargado é considerada intempestiva, por prematuridade.
- Ⓒ O presidente e o vice-presidente do tribunal *a quo* não possuem competência para realizar o juízo de admissibilidade de recurso extraordinário; interposto o recurso, será determinada sua remessa imediata para o respectivo tribunal superior, ao qual caberá o juízo de admissibilidade.
- Ⓓ A proteção à coisa julgada impede que seja instaurado novo incidente de resolução de demandas repetitivas na hipótese de o anterior ter sido inadmitido por ausência de pressupostos de admissibilidade.
- Ⓔ A desistência ou o abandono do processo não impede o exame de mérito do incidente de resolução de demandas repetitivas.

**Questão 50**

A sociedade empresária Beta Ltda. obteve na justiça o direito de ser indenizada por João no valor de cem mil reais, com sentença transitada em julgado, tendo a credora requerido ao juízo competente, em processo eletrônico, o início do cumprimento de sentença e a inscrição do nome de João no cadastro de inadimplentes.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta, de acordo com a jurisprudência do STJ e com as disposições do CPC acerca do cumprimento de sentença e do processo de execução em geral.

- Ⓐ O juiz pode condicionar a inclusão do nome de João em cadastros de inadimplentes à comprovação de que a sociedade empresária Beta Ltda. tenha recebido prévia recusa administrativa das entidades mantenedoras do respectivo cadastro.
- Ⓑ Havendo mudança no domicílio de João após o início do cumprimento de sentença, a sociedade empresária Beta Ltda. pode optar pela remessa dos autos ao juízo do atual domicílio do executado.
- Ⓒ No prazo para impugnação do cumprimento de sentença, reconhecendo o crédito da sociedade empresária Beta Ltda. e comprovando o depósito de 30% do valor em execução, acrescido de custas e de honorários de advogado, João poderá requerer o parcelamento do restante do débito nos autos do cumprimento de sentença.
- Ⓓ Se o caso retratasse litisconsortes com procuradores distintos, o prazo para cumprimento voluntário de sentença seria computado em dobro.
- Ⓔ As questões relativas à validade do procedimento de cumprimento da sentença e dos atos executivos subsequentes deverão ser arguidas por João em autos apartados, nos quais serão decididas pelo juiz.

**Questão 51**

Luciano propôs uma ação judicial em desfavor de Pedro, para a defesa da posse de um imóvel localizado na cidade de São Paulo. Em contestação, o requerido apresentou a preliminar de ilegitimidade ativa, alegando que o autor não é proprietário do bem imóvel objeto da lide, mas tão somente inquilino.

Tendo como referência a situação hipotética precedente, as disposições do CPC e o entendimento dos tribunais superiores, assinale a opção correta, acerca das condições da ação e das regras que regulamentam a ação possessória.

- Ⓐ O CPC adota expressamente a teoria da asserção, segundo a qual a análise das condições da ação é feita pelo juiz com base nas alegações apresentadas na petição inicial.
- Ⓑ Na qualidade de inquilino, Luciano não tem legitimidade para promover a referida demanda.
- Ⓒ Nessa espécie de ação, a participação de cônjuge do autor ou do réu é sempre indispensável.
- Ⓓ Na pendência da ação possessória proposta por Luciano, nem ele, nem Pedro podem formular nova ação de reconhecimento de domínio, salvo em desfavor de terceira pessoa.
- Ⓔ Não é lícita ao autor a cumulação de pedido possessório com condenação em perdas e danos e indenização aos frutos, devido à natureza especial do procedimento.

**Questão 52**

No que concerne às funções do Ministério Público no processo civil, assinale a opção correta.

- Ⓐ A curatela especial deve ser exercida, prioritariamente, pelo Ministério Público.
- Ⓑ A intervenção do Ministério Público é obrigatória nos casos em que a fazenda pública seja parte ou interessada na lide.
- Ⓒ O membro do Ministério Público será civil e regressivamente responsável quando agir com dolo ou culpa no exercício de suas funções.
- Ⓓ O Ministério Público tem legitimidade ativa para atuar na defesa de direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos dos consumidores, salvo os decorrentes da prestação de serviço público.
- Ⓔ A incompetência relativa pode ser alegada pelo Ministério Público nas causas em que ele atuar.

**Questão 53**

À luz da jurisprudência do STJ, das regras processuais que regulamentam o incidente de assunção de competência e das regras atinentes aos procedimentos especiais na legislação extravagante, assinale a opção correta.

- Ⓐ A teoria de encampação aplica-se ao mandado de segurança, desde que não exista vínculo hierárquico entre a autoridade que presta informações e a que ordenou a prática do ato impugnado.
- Ⓑ O Ministério Público tem legitimidade para impetrar mandado de injunção coletivo quando a tutela requerida for especialmente relevante para a defesa da ordem jurídica, do regime democrático ou dos interesses sociais ou individuais indisponíveis.
- Ⓒ Não é admissível que os herdeiros legítimos do morto ou o cônjuge superstite impetrem *habeas data* para postular direito do falecido, em razão do caráter personalíssimo desse instrumento.
- Ⓓ Se o autor desistir da ação popular, o Ministério Público não poderá promover o prosseguimento da ação, uma vez que não possui legitimidade para propor essa demanda.
- Ⓔ Não é admissível o incidente de assunção de competência quando ocorrer relevante questão de direito a respeito da qual seja conveniente a prevenção entre câmaras ou turmas do tribunal.

**Questão 54**

A respeito das audiências e da produção de prova no âmbito do processo civil, assinale a opção correta.

- Ⓐ O não comparecimento injustificado do réu na audiência de conciliação ou mediação realizada em procedimento comum culminará na sua revelia.
- Ⓑ Somente é cabível audiência de conciliação ou de mediação se os direitos envolvidos no litígio forem disponíveis.
- Ⓒ A audiência de instrução e julgamento poderá ser gravada em imagem e vídeo, diretamente, por qualquer das partes, independentemente de autorização judicial.
- Ⓓ A audiência de instrução e julgamento poderá ser adiada por atraso injustificado de seu início em tempo inferior a quinze minutos do horário agendado.
- Ⓔ O sistema processual vigente no Brasil adota o sistema presidencialista de inquirição, sendo vedado às partes formular perguntas diretamente às testemunhas sobre os fatos articulados.

**Questão 55**

A respeito da prestação de contas simplificada à justiça eleitoral, assinale a opção correta.

- Ⓐ Esse tipo de prestação de contas poderá ser adotado nas eleições para prefeito e vereadores em municípios com até duzentos mil eleitores.
- Ⓑ Os candidatos são dispensados de apresentar os comprovantes de recursos utilizados que tenham sido provenientes do fundo partidário.
- Ⓒ Havendo irregularidades sanáveis detectadas pelo órgão técnico, o prestador de contas será intimado a se manifestar no prazo de trinta dias, sendo vedada a juntada de novos documentos.
- Ⓓ As contas poderão ser julgadas regulares, sem a realização de diligências, independentemente de parecer favorável do Ministério Público Eleitoral (MPE).
- Ⓔ Os candidatos não eleitos às prefeituras municipais com gastos de até vinte mil reais — valor que pode ser atualizado monetariamente a cada eleição — poderão submeter-se ao exame simplificado.

**Questão 56**

Assinale a opção que relaciona, sequencialmente, órgãos do MPE, o grau de jurisdição em que eles atuam e as matérias que lhes competem originariamente.

- Ⓐ promotores eleitorais — tribunais regionais eleitorais — eleições federais, estaduais e distritais
- Ⓑ promotores eleitorais — tribunais regionais eleitorais — eleições municipais
- Ⓒ promotores eleitorais — juízes eleitorais — eleições federais, estaduais e distritais
- Ⓓ procuradores regionais eleitorais — tribunais regionais eleitorais — eleições federais, estaduais e distritais
- Ⓔ procuradores regionais eleitorais — juízes eleitorais — eleições municipais

**Questão 57**

O candidato A, após o deferimento de sua candidatura, recebeu e usou, com auxílio do tesoureiro de seu partido, determinada quantia considerada excessiva pela justiça eleitoral. O candidato foi eleito. Tendo conhecimento do ocorrido após a diplomação, outro candidato, B, que não fora eleito, representou ao MPE, requerendo a adoção de providências.

Com relação a essa situação hipotética, julgue os próximos itens, considerando o entendimento do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) acerca das inelegibilidades por abuso do poder econômico e demais temas relacionados.

- I Eventual inelegibilidade incidirá apenas sobre a conduta de A, pois o tesoureiro mencionado não se candidatou ao pleito.
- II Observado o prazo legal, o MPE poderá oferecer ação de impugnação do mandato eletivo de A.
- III O referido partido político figurará como litisconsorte passivo necessário em caso de ação contra A na justiça eleitoral.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas o item I está certo.
- Ⓑ Apenas o item II está certo.
- Ⓒ Apenas os itens I e III estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens II e III estão certos.
- Ⓔ Todos os itens estão certos.

**Questão 58**

Considerando o entendimento do TSE acerca dos crimes eleitorais e do processo penal eleitoral, assinale a opção correta.

- Ⓐ A improcedência de demanda na justiça eleitoral prejudica o processamento dos mesmos fatos no âmbito criminal.
- Ⓑ Admite-se queixa-crime em ação penal privada subsidiária quando caracterizada a inércia absoluta do representante do Ministério Público.
- Ⓒ A competência criminal da justiça eleitoral não se estende aos crimes conexos aos crimes eleitorais.
- Ⓓ Discurso ofensivo com afirmações genéricas contra a honra de candidato configura crime de calúnia eleitoral.
- Ⓔ É constitucional a exigência de prévia autorização judicial para instauração de inquérito policial contra investigado com foro por prerrogativa de função.

**Questão 59**

De acordo com a legislação eleitoral e o entendimento do TSE, as decisões desse tribunal sobre quaisquer recursos que acarretarem a perda de diplomas somente poderão ser tomadas com a presença

- Ⓐ de todos os seus membros, inclusive em embargos de declaração de deliberação que tenha importado perda de diploma.
- Ⓑ de dois terços de seus membros, inclusive em embargos de declaração de deliberação que tenha importado perda de diploma.
- Ⓒ de dois terços de seus membros, excluindo-se os casos de embargos de declaração de deliberação que tenha importado perda de diploma, ocasião em que se admite deliberação monocrática.
- Ⓓ da maioria simples de seus membros, inclusive em embargos de declaração de deliberação que tenha importado perda de diploma.
- Ⓔ da maioria simples de seus membros, excluindo-se os casos de embargos de declaração de deliberação que tenha importado perda de diploma, ocasião em que se admite deliberação monocrática.

**Questão 60**

Os prazos de desincompatibilização para que membros da Defensoria Pública dos estados em exercício na comarca concorram às eleições para prefeito, vereador e deputado estadual são, respectivamente, de até

- A** seis meses antes do pleito, quatro meses antes do pleito e três meses antes do pleito.
- B** seis meses antes do pleito, três meses antes do pleito e quatro meses antes do pleito.
- C** quatro meses antes do pleito, seis meses antes do pleito e três meses antes do pleito.
- D** quatro meses antes do pleito, três meses antes do pleito e seis meses antes do pleito.
- E** três meses antes do pleito, quatro meses antes do pleito e seis meses antes do pleito.

**Questão 61**

Segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal, para efeitos da concessão de incentivo de natureza tributária, consideram-se como renúncia de receita

- A** a remissão, o crédito presumido e o parcelamento.
- B** o parcelamento, o crédito presumido e a concessão de isenção em caráter geral.
- C** o crédito presumido, a remissão e o parcelamento.
- D** a anistia, a remissão e o crédito presumido.
- E** a extinção de crédito por dação em pagamento, a remissão e a anistia.

**Questão 62**

Acerca do instituto tributário do parcelamento, o Supremo Tribunal Federal firmou o entendimento de que a lei ordinária que condicionar a suspensão do crédito tributário à apresentação de garantia do valor objeto de parcelamento será considerada

- A** inconstitucional, porque a suspensão de crédito tributário é matéria de lei complementar e, como o Código Tributário Nacional estabelece que o parcelamento suspende o crédito tributário, sem condicionar a suspensão à apresentação de garantia, a lei ordinária não pode criar tal restrição.
- B** inconstitucional, porque o princípio da isonomia tributária preceitua que os contribuintes que parcelam o seu débito não podem ser discriminados em relação aos demais contribuintes.
- C** inconstitucional, porque a Constituição Federal de 1988 veda a aplicação de sanções políticas como forma de cobrança de créditos tributários.
- D** constitucional, porque o Código Tributário Nacional prevê que a suspensão do crédito tributário decorrente de parcelamento deve se dar na forma da lei, portanto a lei ordinária pode estabelecer condições adicionais para a obtenção do parcelamento.
- E** constitucional, porque o parcelamento é um benefício tributário de caráter excepcional concedido a um contribuinte que já se encontra em mora com o fisco; logo, nesse caso, o gestor deve exigir a prestação de garantia para dar efetividade à cobrança do crédito tributário.

**Questão 63**

Assinale a opção que, de acordo com a Lei Complementar n.º 105/2001, apresenta conduta de instituição financeira que constitui uma violação do dever do sigilo bancário ou fiscal, quando feita sem autorização judicial e sem o consentimento do interessado, como regra.

- A** a troca de informações entre instituições financeiras, para fins cadastrais, por intermédio de centrais de risco
- B** o fornecimento de informações constantes de cadastro de emitentes de cheques sem provisão de fundos a entidades de proteção ao crédito
- C** o fornecimento de documentos sigilosos solicitados por comissão de inquérito administrativo destinada a apurar a responsabilidade de servidor público pela prática de infração administrativa
- D** a disponibilização, para exame pelos agentes fiscais tributários, de informações referentes às contas de depósitos de um investigado consideradas indispensáveis pela autoridade, se houver procedimento fiscal em curso
- E** o fornecimento de dados financeiros relativos a operações de crédito a gestores de bancos de dados, para formação de histórico de crédito

**Questão 64**

Considerando a doutrina majoritária, assinale a opção correta, acerca da distinção entre remissão e anistia no direito tributário.

- A** A anistia somente pode ser concedida em caráter geral, e a remissão pode ser concedida limitadamente a determinada região do território da entidade tributante, em função de condições a ela peculiares.
- B** A anistia extingue o crédito tributário decorrente de infrações à legislação tributária, e a remissão é a extinção do crédito tributário referente ao próprio tributo.
- C** A anistia é a extinção do crédito tributário referente ao próprio tributo, e a remissão extingue apenas o crédito tributário decorrente de infrações à legislação tributária.
- D** A anistia extingue os créditos tributários passados e futuros, e a remissão somente extingue os créditos referentes a fatos geradores não ocorridos.
- E** A anistia somente extingue os créditos referentes a fatos geradores não ocorridos, e a remissão extingue os créditos tributários passados e futuros.

**Questão 65**

Assinale a opção que apresenta a correta definição do sujeito ativo e do responsável em uma relação tributária.

- A** O sujeito ativo é uma terceira pessoa a quem a lei atribui a responsabilidade pelo crédito tributário, e o responsável é o contribuinte do tributo, o qual guarda relação pessoal e direta com o fato gerador.
- B** O sujeito ativo é o contribuinte do tributo, o qual guarda relação pessoal e direta com o fato gerador, e o responsável é uma terceira pessoa que não é contribuinte, mas a quem a lei atribui a responsabilidade pelo crédito tributário.
- C** O sujeito ativo é a pessoa jurídica de direito público titular da competência para exigir o cumprimento da obrigação, e o responsável é uma terceira pessoa que não é contribuinte, mas a quem a lei atribui a responsabilidade pelo crédito tributário.
- D** O sujeito ativo é a pessoa jurídica de direito público titular da competência para exigir o cumprimento da obrigação, e o responsável é o terceiro obrigado pela lei a assumir a condição de contribuinte, apurando o montante devido e efetuando a retenção e o pagamento do tributo.
- E** O sujeito ativo é o contribuinte do tributo, o qual guarda relação pessoal e direta com o fato gerador, e o responsável é o terceiro obrigado pela lei a assumir a condição de contribuinte, apurando o montante devido e efetuando a retenção e o pagamento do tributo.

**Questão 66**

Com relação ao exercício do direito à autodeterminação pelos povos indígenas, assinale a opção correta, conforme a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas.

- Ⓐ Os povos indígenas têm direito à autonomia ou ao autogoverno nas questões relacionadas a seus assuntos internos e locais, portanto possuem um direito específico de autodeterminação, o que os diferencia de outras minorias.
- Ⓑ Os povos indígenas podem determinar livremente sua condição política, assim como buscar livremente seu desenvolvimento econômico, social e cultural, desde que o façam dentro dos limites do seu território ancestral.
- Ⓒ O direito à autodeterminação obsta o direito de conservar e reforçar suas próprias instituições políticas, jurídicas, econômicas, sociais e culturais, ao mesmo tempo em que viabiliza aos indígenas o direito de participar plenamente da vida política, econômica, social e cultural do Estado, caso assim desejem.
- Ⓓ Os povos indígenas têm direito à autonomia territorial para autorizar ou fomentar qualquer ação direcionada a desmembrar ou a reduzir, total ou parcialmente, a integridade territorial ou a unidade política de Estados soberanos e independentes.
- Ⓔ A partir do direito à autodeterminação, surgem diversos outros direitos, como o direito a não assimilação forçada ou a não destruição de sua cultura, cabendo ao poder público estabelecer mecanismos eficazes de prevenção ou reparação nesse sentido, com o objetivo de privar os indígenas da sua integridade como povos distintos.

**Questão 67**

O Supremo Tribunal Federal (STF), no julgamento da ação direta de inconstitucionalidade (ADI) n.º 3239, debateu diversos temas relacionados às comunidades quilombolas. Tendo como referência essa temática e a posição majoritária do STF, julgue os itens a seguir.

- I Os remanescentes das comunidades dos quilombos têm direito de ver reconhecida, pelo Estado, a sua propriedade sobre as terras que histórica e tradicionalmente ocupam, o que constitui direito fundamental de grupo étnico-racial minoritário dotado de eficácia plena e aplicação imediata.
- II O STF repudiou o julgamento da Corte Interamericana de Direitos Humanos, nos casos *Moiwana versus Suriname* (2005) e *Saramaka versus Suriname* (2007), pois, ao contrário do tribunal interamericano, reconheceu o direito de propriedade de comunidades formadas por descendentes de escravizados fugitivos sobre as terras tradicionais com as quais eles mantêm relações territoriais, independentemente do cumprimento de obrigação específica pelo Estado em relação à titularidade e ao objeto dos direitos quilombolas.
- III Do mesmo modo que ocorre no tocante às terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas, os títulos de terceiros eventualmente incidentes sobre as terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos exigem o necessário procedimento expropriatório para regularização do registro imobiliário.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas o item I está certo.
- Ⓑ Apenas o item II está certo.
- Ⓒ Apenas os itens I e III estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens II e III estão certos.
- Ⓔ Todos os itens estão certos.

**Questão 68**

No continente americano, além do Brasil, quase todos os países, incluídos os Estados Unidos da América e o Canadá, são Estados-partes da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, também conhecida como UNCAC. Considerando as normas da UNCAC, assinale a opção correta.

- Ⓐ A UNCAC representou avanço no combate à corrupção, ao prever a aplicação de sanções como forma de prevenção de condutas ilícitas, mas retrocesso, por se posicionar contrariamente à recuperação dos ativos desviados.
- Ⓑ A UNCAC foi pioneira no tratamento do tema da corrupção no ambiente internacional.
- Ⓒ O tipo penal de corrupção privada foi introduzido no sistema penal brasileiro pelo Pacote Anticrime a partir de conceitos internacionais de criminalização extraídos da UNCAC.
- Ⓓ Ao contrário do estabelecido pelos relatores independentes, a UNCAC não prevê normas de conduta para instituições financeiras.
- Ⓔ A UNCAC prevê medidas de boa governança como a criação e aplicação de códigos de conduta que promovam a integridade, a honestidade e a responsabilidade dos funcionários públicos.

**Questão 69**

No julgamento do caso *Trabalhadores da Fábrica de Fogos de Santo Antônio de Jesus e seus Familiares versus Brasil*, a Corte Interamericana de Direitos Humanos estabeleceu parâmetros importantes na definição da discriminação estrutural e interseccional. Nessa sentença, a referida corte

- I pronunciou-se, pela primeira vez na história, sobre a pobreza e a proibição de discriminação por posição econômica.
- II considerou que a instalação de uma atividade econômica especialmente perigosa na área não necessariamente estava relacionada à pobreza e à marginalização da população ali residente.
- III baseou-se no entendimento de que, em um caso de discriminação estrutural, deve-se considerar em que medida a vitimização do caso concreto evidencia a vulnerabilidade das pessoas que pertencem a um grupo.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas o item I está certo.
- Ⓑ Apenas o item III está certo.
- Ⓒ Apenas os itens I e II estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens II e III estão certos.
- Ⓔ Todos os itens estão certos.

**Questão 70**

Considere as condutas a seguir.

- I Transferência, à força, de crianças de um grupo para outro grupo.
- II Esterilização forçada ou qualquer outra forma de violência no campo sexual de gravidade comparável.
- III Deportação ou transferência forçada de uma população.
- IV O ato de compelir um prisioneiro de guerra ou outra pessoa sob proteção a servir nas forças armadas de uma potência inimiga.

Segundo o art. 7.º do Estatuto Penal Internacional, são consideradas crimes contra a humanidade, quando cometidas em um ataque, generalizado ou sistemático, contra civis, as condutas

- Ⓐ I e IV.
- Ⓑ II e III.
- Ⓒ III e IV.
- Ⓓ I, II e III.
- Ⓔ I, II e IV.

**Questão 71**

No que concerne ao surgimento e à evolução da tutela coletiva, às ondas renovatórias do acesso à justiça e aos princípios que regem o processo coletivo, julgue os seguintes itens, considerando o entendimento do STJ acerca do tema.

- I A Lei da Ação Civil Pública (Lei n.º 7.347/1985) foi, sob o aspecto histórico, o primeiro diploma normativo a conferir legitimidade para que o Ministério Público pudesse propor ação de natureza cível para reparação de danos causados ao meio ambiente.
- II As ondas renovatórias do acesso à justiça são consideradas, pela doutrina processual, um marco de transição da denominada fase imanentista para a subsequente fase autônoma da ciência processual.
- III A necessária adaptação do devido processo legal ao processo coletivo admite a aplicação subsidiária das regras constantes do Código de Processo Civil ao microsistema de tutela coletiva, desde que não enseje violação aos princípios do processo coletivo.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item III está certo.
- C Apenas os itens I e II estão certos.
- D Apenas os itens II e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

**Questão 72**

Diversas ações civis públicas foram ajuizadas em diferentes unidades da Federação, incluindo-se o Distrito Federal, buscando-se a reparação de determinado dano coletivo de abrangência nacional causado aos consumidores por instituição financeira de direito privado.

Com relação a essa situação hipotética, assinale a opção correta, de acordo com a jurisprudência atual do STF.

- A As ações devem ser encaminhadas ao STJ, tribunal originalmente competente para a apreciação de demandas que envolvam dano coletivo de abrangência nacional.
- B As ações só poderão ser reunidas para instrução e julgamento conjunto se tiverem sido ajuizadas pelo mesmo legitimado coletivo.
- C A competência para processar e julgar as ações será do foro da capital de cada estado ou do Distrito Federal e, para o julgamento das demandas conexas, estará prevento o juízo que primeiro conheceu de uma das ações conexas.
- D As demandas coletivas não devem ser reunidas; cada uma delas apenas fará coisa julgada nos limites da competência territorial de cada órgão jurisdicional que venha a proferir sentença.
- E Por ocasião da vedação à reunião para julgamento conjunto das diversas ações civis públicas ajuizadas, cada órgão jurisdicional terá competência para decidir sobre a possibilidade de sobrestamento das ações judiciais para aplicação de precedente.

**Questão 73**

Caso o órgão competente não homologue decisão de arquivamento de inquérito civil, por discordar da decisão de membro do Ministério Público estadual que havia se manifestado pela inexistência de fundamento para a propositura de ação civil pública, a designação formal de novo órgão ministerial para o ajuizamento dessa ação deverá ser feita pelo

- A Conselho Nacional do Ministério Público.
- B Colégio de Procuradores de Justiça.
- C Conselho Superior do Ministério Público.
- D procurador-geral de justiça.
- E Poder Judiciário.

**Questão 74**

De acordo com o previsto na legislação em vigor a respeito das diversas técnicas processuais relacionadas à tutela jurisdicional coletiva, a reparação fluida é

- A instrumento atribuído exclusivamente ao Ministério Público, com o objetivo de impedir o enriquecimento sem causa daquele que violar interesses da coletividade.
- B modalidade executória que permite a cada vítima titular de um direito reconhecido em sentença genérica de ação coletiva pleitear seu prejuízo individual.
- C de aplicabilidade restrita às demandas estruturantes, casos em que o produto da indenização terá o propósito específico de criar entidade de direito privado para conduzir medidas de reparação.
- D específica hipótese de liquidação e execução coletiva de danos causados a interesses individuais homogêneos, atribuída de forma subsidiária aos legitimados coletivos previstos no Código de Defesa do Consumidor.
- E expressamente prevista na Lei da Ação Popular, sendo vedada sua aplicação a outras hipóteses de tutela de direitos difusos.

**Questão 75**

Conforme a jurisprudência do STF, assinale a opção correta, acerca da legitimidade na tutela coletiva.

- A Pessoa jurídica de direito privado pode ajuizar ação popular para tutela do meio ambiente.
- B É dispensável a autorização expressa dos membros de associação para a impetração de mandado de injunção coletivo pela entidade associativa.
- C Em razão da natureza disponível do direito, o Ministério Público não pode propor ação coletiva cujo fundamento seja a ocorrência de reajuste ilegal de mensalidades escolares.
- D O ente público lesado é legitimado exclusivo para propor ação civil pública que tenha a finalidade de anular ato administrativo de aposentadoria que importe em lesão ao patrimônio público.
- E Embora a Defensoria Pública possa propor ação civil pública para defesa de direitos individuais homogêneos, não há possibilidade de atuação dessa instituição na tutela de direitos difusos e coletivos.

**Questão 76**

De acordo com a jurisprudência do STJ a respeito da ação civil pública e da ação de improbidade administrativa, assinale a opção correta.

- Ⓐ Possui natureza absoluta a competência da vara da justiça da infância e da juventude para processar e julgar ação civil pública que tenha como objeto a matrícula de menores em creches ou escolas.
- Ⓑ Em ação civil pública que tutela o meio ambiente, a condenação do réu em obrigação de fazer cumulada com indenização pecuniária caracteriza *bis in idem*, vedado pelo ordenamento.
- Ⓒ O Ministério Público não terá legitimidade ativa para atuar na defesa de direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos dos consumidores quando a causa de pedir estiver relacionada à prestação de serviço público.
- Ⓓ O regime de remessa necessária não se aplica às sentenças de improcedência em ação de improbidade administrativa.
- Ⓔ No procedimento previsto na Lei de Improbidade Administrativa, configura nulidade absoluta o descumprimento da fase preliminar, que determina a notificação do acusado para apresentação de defesa prévia.

**Questão 77**

Julgue os itens a seguir, de acordo com a jurisprudência do STJ e com os dispositivos do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) que versam acerca da adoção.

- I A ordem cronológica de preferência das pessoas previamente cadastradas para adoção não possui caráter absoluto, devendo ceder ao princípio do melhor interesse da criança e do adolescente, razão de ser de todo o sistema de defesa erigido pelo ECA, que tem na doutrina da proteção integral seu fundamento basilar.
- II A vedação da adoção avoenga poderá ser mitigada, de forma excepcional, desde que, entre outras condições, o pretendo adotando seja menor de idade, os avós exerçam, com exclusividade, as funções de mãe e pai do neto desde o nascimento dele e a parentalidade sociafativa seja devidamente atestada por estudo psicossocial.
- III Em caso de adoção internacional, na qual o pretendente possui residência habitual em país-parte da Convenção de Haia e deseja adotar criança ou adolescente em outro país-parte dessa mesma convenção, os brasileiros residentes no exterior concorrem em igualdade com os estrangeiros para a adoção de brasileiro, sem ter nenhuma preferência.
- IV A irrevogabilidade da adoção não é regra absoluta, podendo ser afastada quando a manutenção da medida não apresentar reais vantagens para o adotado, tampouco for apta a satisfazer aos princípios da proteção integral e do melhor interesse da criança e do adolescente.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas o item II está certo.
- Ⓑ Apenas os itens I e III estão certos.
- Ⓒ Apenas os itens III e IV estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens I, II e IV estão certos.
- Ⓔ Todos os itens estão certos.

**Questão 78**

O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) compreende o conjunto ordenado de princípios, regras e critérios que envolvem a execução de medidas socioeducativas, sendo coordenado pela União e integrado pelos sistemas estaduais, distrital e municipais responsáveis pela implementação de seus respectivos programas de atendimento ao adolescente. No âmbito do SINASE, de acordo com a Lei n.º 12.594/2012, as competências da União incluem

- Ⓐ criar, desenvolver e manter programas para a execução das medidas socioeducativas de semiliberdade e internação.
- Ⓑ garantir defesa técnica do adolescente a quem se atribua prática de ato infracional.
- Ⓒ criar e manter programas de atendimento para a execução das medidas socioeducativas em meio aberto.
- Ⓓ contribuir para a qualificação e ação em rede dos sistemas de atendimento socioeducativo.
- Ⓔ garantir o pleno funcionamento do plantão interinstitucional, nos termos previstos no ECA.

**Questão 79**

Para efeitos do Estatuto da Primeira Infância (Lei n.º 13.257/2016), considera-se primeira infância o período que abrange os primeiros

- Ⓐ cinco anos completos ou sessenta meses de vida da criança.
- Ⓑ dez anos completos ou cento e vinte meses de vida da criança.
- Ⓒ sete anos completos ou oitenta e quatro meses de vida da criança.
- Ⓓ doze anos completos ou cento e quarenta e quatro meses de vida da criança.
- Ⓔ seis anos completos ou setenta e dois meses de vida da criança.

**Questão 80**

A Constituição Federal de 1988 e o ECA conferem especial proteção ao trabalhador adolescente. Com relação às vedações legais, é correto afirmar que ao adolescente é vedado o trabalho

- Ⓐ noturno, realizado entre as vinte horas de um dia e as seis horas do dia seguinte.
- Ⓑ a menores de dezesseis anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir de doze anos de idade.
- Ⓒ perigoso, insalubre ou penoso aos maiores de quatorze anos de idade, salvo se assegurado o fornecimento de equipamento de proteção individual (EPI).
- Ⓓ realizado em locais prejudiciais à formação e ao desenvolvimento físico, psíquico, moral e social.
- Ⓔ realizado em local distante da escola frequentada pelo adolescente.

**Questão 81**

São concorrentemente legitimados para a propositura de ações cíveis fundadas em interesses coletivos ou difusos das crianças e dos adolescentes, nos termos do ECA, o Ministério Público, a União, os estados, os municípios, o Distrito Federal, os territórios e

- Ⓐ as associações legalmente constituídas há pelo menos um ano e que incluam entre seus fins institucionais a defesa dos interesses e direitos protegidos pelo ECA, sendo dispensada a autorização da assembleia, se houver prévia autorização estatutária.
- Ⓑ as associações legalmente constituídas há pelo menos um ano, independentemente de incluírem, entre seus fins institucionais, a defesa dos interesses e direitos protegidos pelo ECA.
- Ⓒ as associações legalmente constituídas há pelo menos dois anos e que incluam entre seus fins institucionais a defesa dos interesses e direitos protegidos pelo ECA, desde que autorizado pela assembleia, ainda que exista prévia previsão estatutária.
- Ⓓ as associações legalmente constituídas há pelo menos um ano e que incluam entre seus fins institucionais a defesa dos interesses e direitos protegidos pelo ECA, desde que autorizado pela assembleia, ainda que exista prévia previsão estatutária.
- Ⓔ as associações legalmente constituídas há pelo menos dois anos, independentemente de incluírem, entre seus fins institucionais, a defesa dos interesses e direitos protegidos pelo ECA.

**Questão 82**

De acordo com o Estatuto do Idoso, a prevenção e a manutenção da saúde da população idosa serão efetivadas, entre outras ações, por meio de

- Ⓐ prática de esportes.
- Ⓑ cadastramento em base territorial.
- Ⓒ integração à vida comunitária.
- Ⓓ participação em grupos de apoio.
- Ⓔ realização de atividades ocupacionais.

**Questão 83**

A instauração de procedimento administrativo para a imposição de penalidade administrativa por infração às normas de proteção ao idoso inicia-se mediante

- Ⓐ petição por parte do conselho do idoso competente.
- Ⓑ remessa do boletim de ocorrência ao Ministério Público.
- Ⓒ relatório final do órgão fiscalizador.
- Ⓓ requisição do Ministério Público.
- Ⓔ petição fundamentada de pessoa interessada.

**Questão 84**

A pessoa que, sem remuneração, assiste à pessoa com deficiência no exercício de suas atividades diárias é legalmente denominada

- Ⓐ assistente.
- Ⓑ cuidador.
- Ⓒ zelador.
- Ⓓ acompanhante.
- Ⓔ atendente pessoal.

**Questão 85**

A definição de curatela de pessoa com deficiência consiste em medida protetiva de caráter

- Ⓐ preferencial.
- Ⓑ discricionário.
- Ⓒ extraordinário.
- Ⓓ adaptativo.
- Ⓔ assistencial.

**Questão 86**

A garantia à pessoa com mobilidade reduzida de viver de forma independente e exercer seus direitos de participação social refere-se ao direito à

- Ⓐ acessibilidade.
- Ⓑ tecnologia assistiva.
- Ⓒ moradia para a vida independente.
- Ⓓ residência inclusiva.
- Ⓔ ajuda técnica.

**Questão 87**

No que se refere a relações de consumo, proteção contratual e tutela do consumidor em juízo, julgue os itens a seguir, de acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

- I É legítima a cobrança, por instituição bancária, de juros capitalizados decorrentes de contrato de mútuo quando houver expressa pactuação entre a instituição e o consumidor.
- II Aplica-se o Código de Defesa do Consumidor ao litígio entre o contratante beneficiário e a operadora de plano privado de assistência à saúde na modalidade de autogestão.
- III A vedação à denunciação da lide estabelecida no Código de Defesa do Consumidor limita-se às ações de responsabilidade por fato do produto.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas o item I está certo.
- Ⓑ Apenas o item III está certo.
- Ⓒ Apenas os itens I e II estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens II e III estão certos.
- Ⓔ Todos os itens estão certos.

**Questão 88**

No Código de Defesa do Consumidor, a regra que permite a tutela do denominado “consumidor por equiparação”

- Ⓐ não é aplicada a casos em que haja identificação de publicidade enganosa ou abusiva.
- Ⓑ é aplicável à tutela coletiva, não sendo possível a utilização desse conceito para legitimar a propositura de demandas individuais.
- Ⓒ é o fundamento autorizador para que pessoa jurídica figure na relação jurídica de consumo.
- Ⓓ é aplicada a casos de vítimas de acidentes de consumo por fato do produto.
- Ⓔ não incide para os casos de proteção contratual do consumidor.

**Questão 89**

Determinado consumidor foi vítima de roubo, mediante uso de arma de fogo, enquanto lanchava em um estacionamento externo, gratuito, localizado em área aberta, pública e com livre acesso, utilizado costumeiramente pelos clientes de uma lanchonete *fast-food*. Em decorrência desse fato, o referido consumidor ajuizou uma ação, pleiteando indenização por danos materiais e por danos morais em face da referida lanchonete (fornecedora).

Nessa situação hipotética, de acordo com a atual jurisprudência do STJ, a responsabilidade do fornecedor é

- A** objetiva, cabendo a ele indenizar o consumidor pelos danos materiais e pelos danos morais sofridos.
- B** objetiva, cabendo a ele indenizar o consumidor apenas pelos danos materiais sofridos.
- C** subjetiva, cabendo a ele indenizar o consumidor pelos danos materiais e pelos danos morais sofridos.
- D** subjetiva, cabendo a ele indenizar o consumidor apenas pelos danos materiais sofridos.
- E** inexistente, haja vista o ocorrido se caracterizar como fortuito externo.

**Questão 90**

De acordo com a jurisprudência STJ, na ação proposta pelo consumidor para a repetição de indébito por cobrança de valores referentes a serviços telefônicos não contratados, promovida por empresa de telefonia, aplica-se o prazo prescricional de

- A** noventa dias.
- B** cento e oitenta dias.
- C** três anos.
- D** cinco anos.
- E** dez anos.

**Questão 91**

De acordo com as regras de responsabilidade administrativa previstas no CDC, não se exige a condição de reincidência do fornecedor apenas a aplicação da pena administrativa de

- A** cassação de alvará de licença.
- B** interdição total de estabelecimento.
- C** revogação de concessão ou permissão de uso.
- D** suspensão temporária da atividade.
- E** intervenção administrativa.

**Questão 92**

Acerca da repartição de competências em matéria ambiental, julgue os itens a seguir.

- I A competência para legislar sobre responsabilidade por dano ao meio ambiente é privativa da União.
- II O pagamento de multa ambiental imposta ao infrator pela União não afasta a exigibilidade de pena pecuniária imposta pelo município, ainda que relacionada ao mesmo fato.
- III A competência legislativa suplementar de um ente estadual para atender a interesse regional não lhe autoriza a dispensa de licenciamento instituído em normas gerais por lei federal.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item I está certo.
- B** Apenas o item III está certo.
- C** Apenas os itens I e II estão certos.
- D** Apenas os itens II e III estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

**Questão 93**

Assinale a opção que indica o princípio do direito ambiental segundo o qual os cidadãos têm o direito de participar da elaboração de políticas públicas ambientais e de obter de órgãos públicos informações referentes à defesa do meio ambiente.

- A** princípio da prevenção
- B** princípio do equilíbrio
- C** princípio da responsabilidade
- D** princípio democrático
- E** princípio do poluidor pagador

**Questão 94**

Segundo a Lei n.º 12.305/2010, a gestão e o gerenciamento adequados de resíduos sólidos devem observar a seguinte ordem de prioridade:

- A** tratamento; reciclagem; não geração; redução; reutilização; e disposição final ambientalmente adequada.
- B** redução; tratamento; não geração; reciclagem; reutilização; e disposição final ambientalmente adequada.
- C** não geração; redução; reutilização; reciclagem; tratamento; e disposição final ambientalmente adequada.
- D** tratamento; reciclagem; redução; não geração; reutilização; e disposição final ambientalmente adequada.
- E** não geração; tratamento; redução; reutilização; reciclagem; e disposição final ambientalmente adequada.

**Questão 95**

De acordo com a Lei n.º 9.605/1998, a pena de interdição temporária de direito à participação em licitações, em razão de condutas lesivas ao meio ambiente, pode ser aplicada pelo prazo de

- A** cinco anos, em caso de crimes dolosos, e de três anos, em caso de crimes culposos.
- B** cinco anos, em caso de crimes dolosos, e de dois anos, em caso de crimes culposos.
- C** dez anos, em caso de crimes dolosos, e de cinco anos, em caso de crimes culposos.
- D** dez anos, em caso de crimes dolosos, e de quatro anos, em caso de crimes culposos.
- E** dez anos, em caso de crimes dolosos, e de dois anos, em caso de crimes culposos.

Espaço livre



**Questão 96**

Uma lei municipal outorgou a determinado município o direito de preempção, pelo prazo de um ano, sobre certa área onde havia imóveis particulares, com a finalidade de criar área de interesse ambiental. Paulo, proprietário de um dos imóveis existentes na área, interessou-se por uma proposta de compra feita por Pedro, no valor total de R\$ 1 milhão. A proposta de Pedro foi a de que, desse montante, 40% do pagamento seria feito a Paulo em dinheiro, e 60%, por meio de permuta com outro imóvel de propriedade de Pedro, situado em área não abrangida pela referida lei municipal. Nesse contexto, Paulo notificou o município, a fim de cumprir as formalidades legais, para que este se pronunciasse sobre o direito de preempção.

Considerando que, nessa situação hipotética, a referida lei cumpriu o devido processo legislativo, assinale a opção correta, com base no Estatuto da Cidade.

- A** Havendo a renúncia expressa ao direito de preempção pelo município, Paulo poderá alienar o seu imóvel a Pedro por R\$ 800 mil em dinheiro, desde que esse novo preço permaneça inferior ao valor da base de cálculo do IPTU.
- B** Se o município não manifestar seu interesse pelo imóvel de Paulo no prazo de até trinta dias, Paulo estará autorizado a alienar o seu imóvel a Pedro nas condições da proposta apresentada.
- C** Se o município manifestar interesse pelo imóvel de Paulo no prazo de trinta dias e, então, adquiri-lo, poderá destiná-lo ao ordenamento e direcionamento da expansão urbana do município.
- D** O município poderá estender os efeitos do direito de preempção ao imóvel de Pedro dado em permuta, com base na mesma lei, caso este desista do negócio com Paulo.
- E** Pedro, caso adquira o imóvel de Paulo, observando os preceitos legais, em alienação futura do mesmo imóvel que vier a ocorrer na vigência da lei municipal, estará desobrigado de novamente franquiar ao município novo direito de preempção.

**Questão 97**

A autorização para membro do Ministério Público do Estado do Amapá se afastar do estado compete ao

- A** Conselho Superior.
- B** Colégio de Procuradores.
- C** corregedor.
- D** procurador-geral de justiça do estado.
- E** secretário-geral.

**Questão 98**

No âmbito do Ministério Público do Estado do Amapá, a promoção de arquivamento de inquérito civil será apreciada

- A** pela Câmara de Coordenação e Revisão.
- B** pelo Conselho Superior.
- C** pelo Colégio de Procuradores.
- D** pelo procurador-geral de justiça do estado.
- E** pela Corregedoria.

**Questão 99**

A crítica pública e desrespeitosa a órgão do Ministério Público do Estado do Amapá feita por qualquer de seus membros é uma conduta incompatível com o exercício do cargo e

- A** punível com advertência.
- B** punível com censura.
- C** punível com suspensão.
- D** atípica, não havendo, portanto, previsão de punição.
- E** punível com aposentadoria compulsória.

**Questão 100**

Os órgãos de execução do Ministério Público do Estado do Amapá incluem

- A** os centros de apoio operacional.
- B** os grupos especializados de atuação funcional.
- C** a Secretaria-Geral.
- D** o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional.
- E** as coordenadorias das promotorias de justiça.

Espaço livre